

## **“Elas” no ensino superior: tendências e desafios nas produções acadêmicas (2021-2024)**

“They” in higher education: trends and challenges in academic production (2021–2024)

Camila Alves Mendonça Oliveira<sup>1</sup>  
Paula da Silva Leonel<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este artigo apresenta uma análise de como a temática das mulheres no ensino superior é abordada em dissertações e teses que foram produzidas nos programas de pós graduação em educação no Brasil, com uma atenção especial ao uso de uma perspectiva interseccional, em um período de pós pandemia. O estudo tem como objetivo dissertações e teses defendidas entre 2021 a 2024, esses trabalhos localizados exclusivamente no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, considerando que este recorte temporal corresponde a um contexto marcado pela intensificação das desigualdades educacionais e de gênero, bem como pela ampliação do debate sobre acesso, permanência e condições de estudo no ensino superior. A pesquisa é de natureza qualitativa, de caráter exploratório e documental. O procedimento metodológico consistiu na identificação da produções acadêmicas, organizando-se um corpus composto por aproximadamente vinte trabalhos, a nível de mestrado e doutorado, que é a temática central, a presença e ausência da abordagem interseccional e marcadores sociais mobilizados, como gênero, raça, classe, maternidade e território. Os resultados indicam que, embora a temática mulheres no ensino superior esteja presente de forma significativa nas pesquisas recentes, a utilização explícita da perspectiva interseccional ainda ocorre de maneira desigual, relevando assim, tanto avanços analíticos quanto lacunas teóricas. Conclui-se que o mapeamento dessas

---

<sup>1</sup>Mestre em educação pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul

<sup>2</sup>Graduada em educação pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul

produções contribui para compreender tendências e limitações da pesquisa educacional contemporânea sobre desigualdade no ensino superior.

**Palavras-chaves:** Interseccionalidades. Pós-pandemia. Produções Acadêmicas

## ABSTRACT

This article presents an analysis of how the theme of women in higher education is addressed in dissertations and theses produced in graduate programs in education in Brazil, with special attention to the use of an intersectional perspective in the post-pandemic period. The study aims to examine dissertations and theses defended between 2021 and 2024, identified exclusively in the CAPES Theses and Dissertations Catalog, considering that this time frame corresponds to a context marked by the intensification of educational and gender inequalities, as well as by the expansion of the debate on access, retention, and study conditions in higher education. The research is qualitative in nature and exploratory and documentary in character. The methodological procedure consisted of identifying academic productions and organizing a corpus composed of approximately twenty master's and doctoral works, analyzing their central theme, the presence or absence of an intersectional approach, and the social markers mobilized, such as gender, race, class, motherhood, and territory. The results indicate that, although the theme of women in higher education is significantly present in recent research, the explicit use of an intersectional perspective still occurs unevenly, thus revealing both analytical advances and theoretical gaps. It is concluded that the mapping of these productions contributes to understanding the trends and limitations of contemporary educational research on inequality in higher education.

**Keywords:** Intersectionalities. Post-pandemic. Academic production.

## INTRODUÇÃO

A formação de mulheres no ensino superior brasileiro tem sido historicamente atravessada por desigualdades estruturais, relacionando gênero, raça, classe social e outros marcadores sociais da diferença. Embora as últimas décadas tenham sido marcadas por uma ampliação do acesso às universidades, especialmente a partir de políticas públicas de democratização do ensino, a permanência e as condições de trajetória acadêmica de mulheres continuam a revelar assimetrias profundas, que se intensificam quando consideradas as intersecções entre gênero, raça, classe, maternidade e território. Neste sentido, compreender as produções acadêmicas expressando a realidade das mulheres no ensino superior, constituindo em um esforço relevante para o campo educacional e para o debate sobre justiça social.

Nos textos com o tema pós-pandemia (Covid-19) menciona de que forma significativa agravou as desigualdades, o fechamento de algumas instituições de ensino, a adoção do ensino remoto emergencial e a reorganização da vida cotidiana impactaram de maneira desigual entre homens e mulheres, a sobrecarga de responsabilidades relacionadas ao cuidado, ao trabalho doméstico e à precarização das condições de dupla jornada, estudo e trabalho. Essas informações contribuem para dar visibilidade a temas como: a permanência estudantil, evasão, saúde mental, maternidade e desigualdades de gênero no ensino superior, torna-se esse período da pandemia e posterior a pandemia, um momento privilegiado para esta análise das tendências recentes da pesquisa educacional.

Propondo analisar como as dissertações e teses foram produzidas no programa de pós-graduação em educação, no período de 2021 a 2024, e diante do cenário apresentado, esta dissertação vem abordando a temática das mulheres no ensino superior, com um olhar especial no uso e ausência da perspectiva interseccional, parte do entendimento de que a interseccionalidade, enquanto ferramenta analítica, possibilita compreender como diferentes sistemas de opressão operam de forma simultânea e articulada, evitando leituras homogêneas sobre as experiências das mulheres no campo educacional .

O objeto da pesquisa apresentado consiste em dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação em educação no Brasil, trabalhos localizados exclusivamente no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A escolha dessa base justifica-se por seu caráter oficial e abrangente, reunindo a produção acadêmica stricto sensu reconhecida nacionalmente. O recorte temporal entre 2021 a 2024 corresponde ao período crítico do pós-pandemia e permite fazer uma análise de produções para a pesquisa.

Nesta investigação temos a pergunta central, que aponta a problemática desta pesquisa: Como as dissertações e teses produzidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação, no período pós-pandemia (2021–2024), abordam a temática das mulheres no ensino superior, especialmente no que se refere ao uso da perspectiva interseccional? A partir dessa questão central, o objetivo geral da pesquisa é analisar como a perspectiva interseccional aparece nas dissertações e teses que tratam de mulheres no ensino superior no referido período. Como objetivos específicos, busca-se identificar os trabalhos que abordam mulheres e ensino superior na base da CAPES; verificar, a partir destes resumos, como a interseccionalidade é mobilizada;

mapeando os marcadores sociais mais recorrentes, como gênero, raça, classe, maternidade e território; e apontar tendências e lacunas na abordagem das desigualdades educacionais.

Utilizando a metodologia de abordagem qualitativa para esta pesquisa, com caráter exploratório e natureza documental. A análise conduzida a partir da leitura das dissertações e teses identificadas, organizando-se um corpus reduzido e controlado, composto por aproximadamente vinte trabalhos. Para a escolha dos trabalhos priorizo as pesquisas que mencionam explicitamente gênero articulado a raça, classe ou interseccionalidade. Dos dados coletados, uma tabela contendo informações como ano de defesa, nível (mestrado ou doutorado).

Estrutura em três capítulos, onde o primeiro capítulo fomenta a discussão teórica sobre mulheres na educação e explica o conceito de como o conceito de interseccionalidade será usado, para fixar a temática, este capítulo fundamentará a análise das dissertações e teses analisadas. O segundo capítulo descreve os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, o mapeamento dos textos produzidos e apresentando alguns dos trabalhos encontrados, para os critérios da seleção do corpus. O terceiro capítulo dedica-se a análise das abordagens interseccionais, como conceito central, menção superficial ou se há marcadores articulados neste requisito, destacando tendências, recorrências e lacunas nas produções acadêmicas de 2021 a 2024. Para encerrar, nas considerações finais, os principais achados desta pesquisa e suas contribuições para o campo educacional.

## **MULHERES, EDUCAÇÃO E INTERSECCIONALIDADE**

A relevância desta pesquisa se destaca pela sua contribuição esta análise de resumos para o entendimento das complexas relações de poder que moldam a experiência educacional das mulheres. Ao abordar o conceito de interseccionalidades (gênero, raça e classe), este estudo proporciona um olhar crítico sobre as políticas públicas existentes e suas implicações, além de trazer à tona as vozes e histórias de mulheres que, apesar das adversidades, continuam lutando por reconhecimento e direitos educacionais. A discussão dos resultados enfatiza a importância de uma abordagem interseccional na análise das experiências femininas no ensino superior.

Pensar em políticas públicas para mulheres no Brasil significa refletir sobre o modelo desenvolvimentista adotado pelo estado, cuja origem remonta aos projetos fomentados a partir de 1930. Esse modelo priorizou investimentos econômicos em detrimento dos sociais, que eram percebidos como consequências naturais do crescimento econômico, e, portanto, não eram considerados prioritários, ficando dependentes do sucesso financeiro do país (Romeiro, 2017).

Com base analítica, este capítulo aponta em destaques, a presença das mulheres na educação, com ênfase no ensino superior, bem como explicitar essa análise dos temas escolhidos com o conceito de interseccionalidades. Trata-se de um capítulo de fundamentação teórico analítica com o propósito de oferecer as categorias interpretativas necessárias para compreender como as pesquisas acadêmicas têm abordado ou deixado de abordar, as múltiplas desigualdades que atravessam as trajetórias educacionais das mulheres.

O conceito de interseccionalidade avança juntamente com as novas configurações sociais, e o ingresso das mulheres no mercado de trabalho e no ensino superior começa a crescer de forma lenta, porém significativa em diversos países, nos quais o chamado de gênero vem avançando em análise, resultando em conceitos a serem analisados e discutidos.

Assim, as autoras ao serem colocadas em diálogo, oferecem uma leitura complexa e complementar da realidade educacional brasileira: Scott (1988) e Gonzalez (1988) ajudam a identificar as raízes da desigualdade; Collins (1990) fornece instrumentos para compreender sua reprodução nas estruturas acadêmicas; Hooks (1994) propõe caminhos pedagógicos para enfrentá-la. Juntas, essas abordagens sustentam uma análise que reconhece tanto a profundidade das opressões quanto a potência das resistências coletivas e individuais; e Piscitelli indica a importância do conceito de interseccionalidades que, aqui para nós, auxilia a entender a relação entre raça, classe e gênero.

Ao integrar essas perspectivas teóricas, torna-se possível compreender de forma mais profunda as desigualdades enfrentadas por mulheres no ensino superior. Essa abordagem interseccional não apenas revela os desafios estruturais existentes, mas também abre caminhos para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

As obras de Piscitelli (2008), Hooks (1994), Gonzales (1984), Scott (1989), entre outras, contribui em reflexões fundamentais sobre o conceito de gênero, interseccionalidades,

de modo que as autoras aparecem em grande parte dos resumos, para assim compreender o cenário educacional brasileiro e seus impactos.

As desigualdades de gênero no ensino superior têm raízes sociais e culturais, influenciando desde o acesso às oportunidades de estudo até os conteúdos educacionais oferecidos às mulheres. As determinações sociais continuam a reforçar disparidades, evidenciando a necessidade de políticas que promovam a equidade educacional (Almeida; Soares, 2012).

O ensino superior é o grau mais elevado da escolarização, no qual a profissionalização se dá de maneira mais efetiva. Embora seja um elemento de distinção na maioria dos países, o grau superior é ainda mais valorizado naqueles nos quais alcançá-lo é mais difícil. No Brasil, apesar da expansão dos últimos anos, possuir um diploma de graduação ainda promove um salto importante para aqueles que o possuem, tendo sido chamado até de “elevador social” (Almeida, 2014).

O acesso e a permanência no ensino superior são influenciados por uma complexa rede de fatores, que vão além do mérito individual e se conectam diretamente com a busca por equidade. Veiga-Neto (2010), ao abordar a luta pela igualdade de gênero, questiona a eficácia de slogans como “diferenças não são o mesmo que desigualdade” e argumenta que, sem um impacto prático, eles podem ser apenas “jogos de palavras”. Essa reflexão se estende para o campo educacional, onde o desequilíbrio de gênero é evidente, como aponta Barreto (2014).

Na dissertação de Oliveira (2024) a trajetória histórica das mulheres no ensino superior, mostram que fatores como questões econômicas, culturais, de gênero e étnicas impactam não apenas o público feminino, mas todos os estudantes em sua jornada para ingressar e prosperar na universidade. Dessa forma, a luta por equidade na educação, seja ela de gênero, raça ou classe social, exige um olhar atento para essas condições estruturais que determinam o sucesso ou o fracasso no ensino superior.

Com bases da pesquisa e nos dados dos resumos apresentados, torna-se evidente que as desigualdades de gênero, raça e classe não operam de forma isolada, mas se entrelaçam na vivência de mulheres em situação de vulnerabilidade no ensino superior. A partir dessa com as discussões, situadas entre dados dos anos de 2021 e 2024, período em que tais desigualdades foram intensificadas devido a fatores como: a pandemia, os cortes em políticas educacionais e a crescente precarização das condições de permanência estudantil. Nesse contexto, observa-se

a urgência de refletir sobre os impactos dessas dinâmicas estruturais nos espaços acadêmicos, assim como as formas de resistência, reinvenção e pertencimento protagonizadas por mulheres.

Para sustentar nossa análise, os conceitos mobilizados pelo referencial teórico que aponta para as interseccionalidades de gênero, raça, classe social, sexualidade, etc., nos auxiliam a compreender a sustentação e naturalização das desigualdades sociais, principalmente no contexto do ensino superior.

O conceito de interseccionalidade é essencial para compreender as múltiplas formas de opressão que afetam mulheres no ensino superior. Essa abordagem teórica, desenvolvida inicialmente por Kimberlé Crenshaw (1989, apud Piscitelli, 2001) e aprofundada por diversas autoras, permite analisar como diferentes marcadores sociais, como gênero, raça, classe e sexualidade se entrelaçam, influenciando as experiências educacionais das mulheres.

O pensamento sobre a interseção entre diferenciações é sugestivo para pensar como construções de diferença e distribuições de poder. A história do feminismo está marcada pela procura de ferramentas analíticas para compreender as distribuições diferenciadas de poder que situam as mulheres em posições desiguais e, com base no conhecimento, modificar essas posições. Os conceitos de interseccionalidade e categorias articuladas fazem parte dessa história. Para além de situar a emergência desses conceitos.

O trabalho de Joan Scott (1989) sobre gênero como categoria de análise nos permite ir além de uma visão descritiva para examinar o acesso ao ensino superior de forma mais crítica. Em vez de apenas contabilizar a presença de homens e mulheres, essa abordagem se concentra nas relações de poder que moldam a experiência acadêmica. O gênero, nesse sentido, é visto como um elemento constitutivo das relações sociais, baseado em percepções de diferença sexual.

Essa categoria analítica nos ajuda a compreender como as normas, expectativas e hierarquias de gênero influenciam não apenas quem entra na universidade, mas também quais cursos são escolhidos, como o sucesso é avaliado e quais barreiras são impostas aos diferentes grupos. Assim, a perspectiva de Scott (IDEM) ilumina as dinâmicas de poder que atuam nos espaços educacionais e que afetam as chances e as trajetórias de estudantes.

Em suas palavras:

Enquanto o termo 'história das mulheres' revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais), que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o 'gênero' inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica. Este uso do 'gênero' é um aspecto que a gente poderia chamar de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos (Scott, 1989, p. 6, grifos do autor).

Aplicando a lente da autora Joan Scott (1989) e os últimos dados do IBGE e censo do ensino superior, entendemos por que a presença de mulheres ainda se concentra em determinados cursos, como Pedagogia e Enfermagem, enquanto sua participação é menor em áreas como Engenharia e Tecnologia. Essa segregação não é aleatória; ela reflete estruturas de poder que perpetuam a ideia de profissões "femininas" e "masculinas". Além disso, mesmo com o aumento da presença feminina no ensino superior, é crucial analisar as modalidades de ensino onde esse crescimento se manifesta.

Um dos debates em discussões, sobre a mulher ocupando seu espaço no ensino superior é o aumento da participação de mulheres em cursos de Educação a Distância (EAD) e em instituições privadas, que muitas vezes carecem de investimento e qualidade, aponta para uma precarização do acesso. Isso revela que, embora as mulheres estejam ingressando mais na universidade, elas frequentemente o fazem em condições menos favoráveis, um reflexo direto das desigualdades estruturais que a análise de gênero de Scott nos ajuda a identificar e questionar.

Para Scott (1989), o gênero se torna uma maneira de indicar as construções sociais, uma criação inteiramente social das ideias sobre as diferenças entre homens e mulheres. O gênero é, segundo a definição da autora, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado, tornando uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e homens.

Essa interpretação não limita o conceito de gênero à esfera da família e a experiência doméstica, e para o (a) historiador(a) ela não deixa meios de ligar esse conceito, nem o indivíduo, com outros sistemas sociais, econômicos, políticos ou de poder. Sem dúvida está implícito que as disposições sociais que exigem que os pais trabalhem e as mães cuidem da maioria das tarefas de criação dos filhos, estruturam a organização da família (Scott, 1989).

Mas a origem dessas disposições sociais não está clara, nem o porquê de elas serem articuladas em termos da divisão sexual do trabalho. Não se encontra também nenhuma interrogação sobre o problema da desigualdade em oposição àquele da simetria (Scott, 1989).

A autora apresenta a ideia de que mesmo quando as crianças crescem em ambientes familiares diferentes do modelo familiar tradicional ou em casas onde as tarefas são igualmente divididas, elas ainda aprendem padrões associados ao gênero. Isso ocorre porque essas associações não se originam apenas dentro da família, mas fazem parte de um sistema simbólico que estrutura a sociedade.

O gênero é utilizado para organizar relações sociais e dar sentido às experiências individuais. A forma como cada pessoa entende e vive sua realidade depende de processos de significação social. Sem esses processos, não existe experiência compreensível, pois o sentido é produzido coletivamente e sustenta as interações cotidianas.

De acordo com Scott (1989) os desejos reprimidos são presentes no inconsciente e constituem uma ameaça permanente para a estabilidade da identificação de gênero, negando sua unidade e subvertendo sua necessidade de segurança. Ademais, as ideias conscientes do masculino e do feminino não são fixas, já que elas variam segundo os usos do contexto. Portanto, existe sempre um conflito entre a necessidade que o sujeito tem de uma aparência de totalidade e a imprecisão da terminologia, a relatividade do seu significado e sua dependência em relação à repressão.

Alguns (mas) pesquisadores (as), notadamente antropólogos (as) reduziram o uso da categoria de gênero ao sistema de parentesco (fixando o seu olhar sobre o universo doméstico e na família como fundamento da organização social). Precisamos de uma visão mais ampla que inclua não só o parentesco, mas também (em particular, para as sociedades modernas complexas) o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção do gênero), a educação (as instituições de educação socialmente masculinas, não mistas ou mistas fazem parte do mesmo processo), o sistema político (o sufrágio masculino universal faz parte do processo de construção do gênero) [...] (Scott, 1989, p. 69).

Essa perspectiva evidencia que o gênero não deve ser compreendido como uma categoria fixa, mas sim como uma construção relacional e historicamente situada, estreitamente vinculada às estruturas de poder. As práticas políticas e sociais produzem

significados que moldam as relações de gênero, de modo que suas transformações se dão em resposta tanto a interesses do Estado quanto a dinâmicas culturais em constante mudança.

Assim, o gênero se afirma como um princípio organizador das relações sociais, responsável por atribuir sentido às experiências e, ao mesmo tempo, por sustentar hierarquias de poder. Nesse horizonte analítico, a interseccionalidade, como afirma Patrícia Hill Collins (2012) ao defini-la como uma lente para examinar relações de poder em contextos específicos e históricos, amplia a compreensão dos modos pelos quais diferentes dimensões de desigualdade atravessam a vida das pessoas, revelando a complexidade e a pluralidade das experiências sociais.

Collins (2012) também busca expressar uma ideia de que as estruturas de poder não são apenas opressivas e que elas também criam possibilidades de resistência. A autora alega que apesar de estarem inseridas em um sistema de opressões, pessoas nessas situações ainda encontram um espaço de resistência, permitindo que grupos marginalizados reconfigurem suas identidades e estratégias políticas.

Lélia Gonzalez (1994) traz uma perspectiva afro diaspórica ao debate, enfatizando a interseção entre raça e gênero na realidade brasileira. Gonzalez denuncia como o racismo e o sexismo afetam a trajetória acadêmica das mulheres negras, reforçando a exclusão social e limitando o acesso a oportunidades educacionais. Seu pensamento contribui significativamente para a compreensão das experiências de mulheres periféricas, ampliando as possibilidades de análise sobre inclusão e equidade no ensino superior.

Lélia Gonzalez (1984) apresenta a discussão de que o gênero é uma construção histórica que organiza o poder social, é o que se alinha diretamente às reflexões sobre como o racismo e o sexismo, operam de maneira integrada na cultura brasileira. Ambas reconhecem o caráter estruturante das opressões e apontam para a necessidade de desconstrução de categorias fixas, como “mulher” ou “negra”, compreendendo-as a partir de seus contextos históricos e políticos.

Certa vez, ela ironizou a negação do racismo no Brasil ao afirmar:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto (Gonzalez, 2020, p. 76).

Bell Hooks (1994), em sintonia com Collins (1990) e Gonzalez (1988) insere o afeto, o corpo e a escuta como dimensões essenciais da experiência acadêmica, propondo uma pedagogia crítica e libertadora. Seu trabalho amplia o olhar não apenas para os sistemas de opressão, mas também para as possibilidades de resistência, pertencimento e transformação no espaço universitário.

Adriana Piscitelli (2006) por sua vez, amplia essa discussão ao apresentar o percurso teórico desde o conceito de categorias de articulação até o de interseccionalidades, explorando como as interseções entre raça, classe e gênero se manifestam em diferentes contextos sociais. Piscitelli argumenta que a racialização e a desigualdade de gênero não são fenômenos homogêneos, mas sim processos históricos e contingentes que devem ser analisados com sensibilidade às especificidades locais e culturais.

De acordo com Collins (2012) as interseccionalidades não se referem apenas uma teoria, mas uma prática que aparece da experiência das mulheres negras. Ela reflete a forma como as mulheres negras enfrentam as interações diárias entre raça, classe, gênero, sexualidade e outras dimensões da identidade, criando uma experiência única de opressão. Nesse caminho a interseccionalidade é uma prática que vem das experiências de vida das mulheres negras como também de pessoas marginalizadas.

Ao focar nas interseccionalidades, podemos desafiar a suposição de que a experiência de opressão é universal ou homogênea. Em vez disso, ela nos força a considerar a experiência única de cada indivíduo, de acordo com suas identidades sociais entrelaçadas. Tal qual fica em evidência, aqui ela mostra que não existe apenas uma única experiência de opressão, já que as pessoas possuem múltiplas identidades sociais, as quais se juntam e formam maneiras de opressão únicas para cada indivíduo (Collins; Bilge 2021).

Para Collins e Bilge (2021) a análise interseccional não se trata apenas de adicionar categorias, mas de explorar como elas interagem para produzir desigualdades únicas. Compreendemos que a interseccionalidade é apenas combinação de opressões, mas um meio de entendermos a complexidade entre elas. A interseccionalidade exige que examinemos como nossas identidades e posições sociais moldaram nossos mundos, tanto de forma individual quanto coletiva. Patrícia mostra que a interseccionalidade nos ajuda a compreender como diferentes identidades se aplicam para estimular as experiências das pessoas.

Piscitelli (2006) afirma que a procura de grandes teorias e vem especificando as interconexões entre racismo, gênero e classe tem sido pouco produtiva. Essas interconexões seriam mais bem compreendidas como relações contextuais e dependentes/contingentes, em termos históricos. A autora considerar que analisando as interconexões entre racismo, gênero, classe, sexualidade etc. requer levar em conta a posição de diversos racismos, um em relação aos outros.

Entretanto, outras diferenças podem ser apresentadas como relacionais, contingentes. Como a diferença nem sempre é um marcador de hierarquia nem de opressão, uma pergunta a ser constantemente feita é se a diferença remete à desigualdade, opressão, exploração. Ou, ao contrário, se a diferença remete a igualitarismo, diversidade, ou a formas democráticas de agência política (Piscitelli, 2006).

De acordo com Collins e Bilge (2021) quando articulamos classe, raça e gênero não é algo dado, mas edificado em assuntos característicos e deve ser avaliado em suas interações concretas. Aqui a autora também destaca que as categorias de classe, raça e gênero não existem de forma isolada, elas ganham significado em contextos históricos e sociais bem específicos, o que leva a uma análise contextualizada.

Os conceitos de gênero, raça e classe não emergem de forma abstrata, mas são construídos a partir de contextos sociais específicos, ganhando sentido na prática cotidiana e nas disputas políticas de cada época. Nesse sentido, compreender as interseccionalidades exige olhar para o modo como as experiências históricas de grupos marginalizados produzem não apenas resistência, mas também novas formas de pensamento.

É nesse horizonte que se insere o engajamento político e intelectual de Lélia Gonzalez. Sua própria trajetória, marcada pela participação em movimentos sociais a partir da década de 1970, revela como gênero, raça e classe se entrecruzam tanto no acesso ao ensino superior quanto na própria produção acadêmica. Ao elaborar seus primeiros ensaios sobre as opressões vividas por mulheres negras no Brasil, Gonzalez (1994) transformou sua experiência e militância em ferramentas analíticas potentes, capazes de denunciar desigualdades estruturais e de propor novos caminhos para a emancipação (Garrido, 2020).

As instituições tradicionais de formação e consagração intelectual academias de letras, institutos de ciência e universidades, embora continuassem a exercer centralidade, passaram a conviver com formas alternativas de organização política e cultural. Foi nesse espaço de

diálogo e confronto que Gonzalez formulou uma perspectiva interseccional, articulando raça, gênero e classe como dimensões inseparáveis na compreensão das desigualdades.

Essa potência de resistência, visível nas lutas coletivas, Gonzalez (1994) também reconhecia nas práticas cotidianas de mulheres anônimas donas de casa, trabalhadoras manuais e mulheres com baixa escolaridade que sustentavam a base da pirâmide social brasileira. Para ela, esses gestos silenciosos, mas persistentes, constituíam formas de ação política transformadora. Nesse quadro, o papel das mulheres negras tornava-se central na reinvenção da história e na abertura de novos horizontes de mobilização social (Rios; Ratts, 2022).

Longe de pensar no eixo da alienação ou da acomodação, Gonzalez preferia entender que mulheres nessas possibilidades de transformação silenciosa de transformação histórica, aprendidas aqui pela lógica do cotidiano. O perfil dessa intelectualidade se expressar à luz do que Bell Hooks sugeriu: “o trabalho intelectual é uma parte necessária na luta pela libertação, fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e ou exploradas, que passariam de objeto a sujeito, que descolonizariam e libertariam suas mentes” (Rios; Ratts, 2022).

Como o discurso ideológico, o racismo era absolutamente eficiente, não sendo restrito à classe dominante, mas também às classes dominadas. O ponto central na argumentação da autora não era convencer os marxistas acerca da exploração do negro pelo sistema capitalista, mas dar inteligibilidade para a diferenciação no processo de recrutamento e alocação de pessoas em postos de trabalho. Realidade aguda quando se trata da mulher negra, que é o tema ao qual Lélia se debruça quase em toda sua vida intelectual (Rios; Ratts, 2022).

Em síntese, a obra de Lélia Gonzalez (1988) evidencia que gênero, raça e classe não podem ser compreendidos de maneira isolada, pois se constituem mutuamente em contextos históricos específicos. Sua trajetória intelectual e política demonstra como a experiência de mulheres negras brasileiras, dentro e fora da universidade, revela os mecanismos de exclusão que estruturam tanto o acesso ao ensino superior quanto a própria produção do conhecimento. Ao destacar a força transformadora presente nas práticas cotidianas de resistência e na militância coletiva, Gonzalez não apenas denuncia a eficiência do racismo como discurso ideológico que atravessa todas as classes sociais, mas também explicita como ele se manifesta de modo mais agudo na vida das mulheres negras. Dessa forma, sua contribuição se consolida como um referencial indispensável para compreender a interseccionalidade como ferramenta

crítica, capaz de iluminar os processos de opressão e, ao mesmo tempo, de apontar para possibilidades concretas de emancipação e justiça social.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Letícia Núñez. **A trajetória da ONU e sua relação com a temática da igualdade de gênero nas políticas públicas brasileiras**. The UN path and its relationship with the topic of gender equality in Brazilian public policies, 2020.
- ALMEIDA, Letícia Núñez. A trajetória da ONU e sua relação com a temática da Igualdade de Gênero nas políticas públicas brasileiras. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, [S.l.], v. 3, n. 28, p. 365 - 389, ago. 2020. ISSN 1518-9368. Disponível em: <https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/4241/371373019>. Acesso em: 24 set. 2025. doi:<http://dx.doi.org/10.21902/Revrima.v3i28.4241>.
- ALMEIDA, Sueli *et al.* **Acesso ao ensino superior por mulheres em vulnerabilidade social: desafios e perspectivas**. v. 26, 2021. Artigos. Psicologia e Sociedade. Disponível em: <https://www.scielo.br/> <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30i174090>.
- ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. **A transversalidade de gênero nas políticas públicas**. Brasília: Editora UnB, 2016.
- ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; SOARES, Maria Cecília. **Mulheres e educação: trajetórias e desafios**. Brasília: Editora UnB, 2012.
- ARANHA, Maria Lúcia. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 2006.
- AZERÊDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, número especial, p. 203-216, 1994.
- BARREIRA, Susana Graciela Pérez; FREITAS, Soraia Napoleão. A mulher com altas habilidades/superdotação: à procura de uma identidade. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 18, n. 04, p. 45-63, out./dez. 2012.
- BARRETO, Raquel de Andrade; **Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez**. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História. 2005
- BARRETO, Ana Cláudia. **Desigualdade de gênero na educação: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.
- BARROS, Lidiany *et al.* **Gênero, sexualidades, classe e raça: estudos interseccionais na/da sociedade contemporânea**. In: CONGRESSO DE PESQUISADORES NEGROS/AS, IV Copene Nordeste. Maceió, AL, 2018.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. **Expansão do ensino superior e inclusão feminina no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. **Expansão do ensino superior e inclusão feminina no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

BEZERRA, Maria das Graças. **Educação e desigualdade social**: desafios para a inclusão feminina. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Desigualdade de gênero e democracia**. São Paulo: Editora XYZ, 2015.

BOTELHO, Louise Lira Roedel.; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. Política de ação afirmativa para negros/as no ensino superior no Brasil: revisão integrativa de teses do Portal CAPES. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 9, n. 2, maio/ago. 2023. Disponível em: Revista UERJ.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm).

BRASIL. **Lei nº 13.409**, de 28 de dezembro de 2016. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm)

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **Censo da Educação Superior: 2022**. Brasília: INEP, 2023. (Dados oficiais sobre matrícula de mulheres, políticas de acesso, perfil por região e curso)

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAPES. **Plataforma Sucupira**. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br>. Acesso em: 25 set. 2025.

CNPq. **Relatório de Participação Feminina na Ciência Brasileira (2023)**. Brasília: CNPq, 2023.

CHIESA, Aline de Amorim Pinto. **Desenvolvimento de Competências Numéricas e Inclusão Escolar: Uma Pesquisa de Intervenção com um Adolescente**. Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, 2015.

COBO, Barbara; CRUZ, Claudia. **Desigualdades de gênero e raciais no acesso e uso dos serviços de atenção primária à saúde no Brasil**. artigo Ciência. saúde .2021. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.05732021>

COLLINS, Patrícia Hill. **Black Feminist Thought**: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment. 2. ed. Nova York: Routledge, 2012.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. **Desmarginalizando a Interseção entre Raça e Sexo**: uma crítica feminista negra à doutrina antidiscriminatória, à teoria feminista e à política antirracista. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, p. 139-167, 2002

DIAS, Luciana de Oliveira; BOOTH-CARVALHO, Lizia. Contribuições dos feminismos negros brasileiros aos feminismos transnacionais. **Revista Humanidades e Inovação** v.6, n.16, out, p. 118-127, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARRIDO, Mírian Cristina de Moura. Lélia Gonzalez: **Da importância de reconhecermos as desigualdades raciais, sociais e de gênero no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora XYZ, 2020.

GISI, Maria Lourdes. **Capital cultural e permanência no ensino superior**. Curitiba: Editora UFPR, 2006.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: RIBEIRO, Djamila (Org.). **Lugar de fala**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora XYZ, 1994. IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Atlas do censo demográfico 2010.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Dados do Censo da Educação Superior, 2016.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Dados de educação do Censo 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Educação e Mercado de Trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023

INEP. **Censo da Educação Superior 2016**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016.

INEP. **Censo da Educação Superior 2019-2024**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. São Paulo: Editora XYZ, 2012.

LACERDA, Renata B. **Lélia Gonzalez**: por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar. 375 pp 2024.

MACEDO, Ana Livia. Observatório de Dados da Graduação. Pró-reitoria de Graduação (PRG). Universidade Federal da Paraíba; 2020.

MATTOS, P. **O conceito de interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero no Brasil**. Trabalho apresentado no XV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, Universidade Federal de São Carlos, Curitiba, 2011.

MÉNDEZ, P. R. (Lucas). Metáforas y articulaciones para uma pedagogia crítica sobre a interseccionalidade. **Quaderns de Psicologia**, v. 16, n. 1, p. 55-72, 2014. Disponível em: Quaderns de Psicologia.

MIRANDA, Dabila. **Relatório técnico sobre os impactos das representações sociais que sexualizam o corpo da mulher brasileira no contexto de mobilidade internacional**. Relatório Técnico apresentado ao Programa de Pós- Graduação/Mestrado Profissional em Estudos de Fronteira da Universidade Federal do Amapá Relatório Técnico apresentado ao Programa de Pós- Graduação/Mestrado Profissional em Estudos de Fronteira da Universidade Federal do Amapá. 2022

MOTTA, Marieta de Moraes. **A educação feminina e os movimentos sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

PAVAN, Luciana. **Mulheres chefes de família**: desafios, micromachismos e a busca pelo equilíbrio. Mariana Kotscho, 22 ago. 2025. Disponível em: <https://marianakotscho.uol.com.br/luciana-pavan-90-segundos-de-financas/mulheres-chefesde-familia-desafios-micromachismos-e-a-busca-pelo-equilibrio.html>. Acesso em: 27 ago. 2025.

PEREIRA, Maria Aparecida; FAVARO, Lígia. **Mulheres e ensino superior**: avanços e desafios. São Paulo: Annablume, 2017.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidade e categorias de articulação. **Estudos Feministas**, v. 14, n. 2, p. 87-103, 2006.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Estudos Feministas**, v. 14, n. 2, p. 87-103, 2008.

POCAHY, A. F. Interseccionalidade e educação: cartografias de uma prática conceito feminista. **Textura**, Canoas, n. 23, p. 18-30, jan./jun. 2011.

RICOLDI, Arlene; ARTES, Amélia. **Mulheres no Ensino Superior Brasileiro**: espaço garantido e novos desafios. o Carlos Chagas – FCC – Projeto Equidade na Pós-Graduação e integra o Grupo de Gênero, Raça e Direitos Humanos na FCC.São Paulo. 2016. Disponível em: SciELO Portugal.

RIDENTI, Marcelo. **Brasil**: da ditadura à democracia. São Paulo: Editora Unesp, 1990.

RIOS, Flávia; RATTI, Alex. **Lélia Gonzalez: por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

RODRIGUES, C. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10*, Florianópolis, 2013.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **História do crescimento econômico: As origens político/culturais da Revolução Industrial**. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 312, ago. 2017.

ROSEMBERG, Fúlvia; ANDRADE, Leandro Feitosa. Ação afirmativa no ensino superior brasileiro: a tensão entre raça/etnia e gênero. **Cadernos Pagu**, v. 31, dez. 2008. Disponível em: SciELO Brasil.

SANTOS; Dyane Brito. **Para além das cotas: A permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. Universidade Federal da Bahia. 2009 <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11778>.

SARAIVA, Rutiele Pereira da Silva. A mulher negra como "Outro do Outro": interseções entre gênero e raça em Grada Kilomba e Lélia Gonzalez. **DesTroços: Revista de Pensamento Radical**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, jan./jun. 2022.

SARAIVA, Rutiele Pereira da Silva. A mulher negra como "Outro do Outro": interseções entre gênero e raça em Grada Kilomba e Lélia Gonzalez. **DesTroços: Revista de Pensamento Radical**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, jan./jun. 2022.

ZIBETTI, Maria Lucia Tonatto. **Doutora em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano .Artigo sobre interseccionalidade e mulheres negras no ensino superior**. Disponível em: SciELO.2023

SILVA, Maria Aparecida; SILVA, João Carlos; RODRIGUEZ, Fernanda. **Raça e identidade no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora ABC, 2020.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

STAMATTO, Maria Inês. **História da educação no Brasil colonial**. Campinas: Editora Autores Associados, 2004.

VASCONCELOS, Joyce. Mulheres na pandemia: consequências a partir de uma análise interseccional da necropolítica brasileira, 2022.

VEIGA-NETO, Alfredo Jose. **Inclusão, exclusão, in/exclusão**. Universidade Federal Rio Grande do Sul. 2011

VENTURINI, André. **Estrutura do ensino superior no Brasil**. Brasília: Editora MEC, 2017.